

COM BASE NO EDITAL 01/2026



BADESUL

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A

**TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO
ADMINISTRADOR**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Legislação Aplicável
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





BADESUL-RS

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A

**TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO -
ADMINISTRADOR**

EDITAL 01/2026

CÓD: OP-099FV-26
7908403588633

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura e compreensão de textos: assunto, estruturação do texto, ideias principais e secundárias, relação entre as ideias, efeitos de sentido; informações implícitas: pressupostos e subentendidos	9
2. Figuras de linguagem	12
3. Recursos argumentativos	16
4. Coesão e coerência textuais	17
5. Substituição de palavras e de expressões no texto	18
6. Estrutura e formação de palavras	18
7. Léxico: significação de palavras e expressões no texto; sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos	19
8. Aspectos linguísticos: relações morfossintáticas; coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos	22
9. Ortografia (emprego de letras e acentuação gráfica, sistema oficial vigente)	27
10. Relações entre fonemas e grafias	29
11. Flexões e emprego de classes gramaticais	32
12. Vozes verbais e sua conversão	40
13. Concordância nominal e verbal	43
14. Regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase)	45
15. Pontuação (regras e implicações de sentido)	46

Legislação Aplicável

1. Regulamentação das agências de fomento: constituição e funcionamento das agências de fomento, resolução do conselho monetário nacional - cmn nº 2.828, de 30 de março de 2001 e respectivas alterações	57
2. Circular nº 3.978, 23 de janeiro de 2020 (lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo)	59
3. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 - dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o conselho monetário nacional e dá outras providências	70
4. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - lei geral de proteção de dados (LGPD)	79
5. Lei complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 - dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências	93
6. Resolução cmn nº 4.949, de 30 de setembro de 2021 - dispõe sobre princípios e procedimentos a serem adotados no relacionamento com clientes e usuários de produtos e de serviços	95
7. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios	98
8. Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 - dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências	118

ÍNDICE

Raciocínio Lógico

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios. deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. proposições simples e compostas. álgebra proposicional. proposições e conectivos: conceito de proposição, valores lógicos das proposições, proposições simples, proposições compostas. operações lógicas sobre proposições: negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional. construção de tabelas-verdade. tautologias, contradições e contingências. implicação lógica, equivalência lógica, leis de morgan. argumentação e dedução lógica. diagramas lógicos. argumentos lógicos dedutivos. argumentos categóricos. habilidades de raciocínio, envolvendo: elaboração de argumentos e avaliação da argumentação. conclusões apropriadas. sentenças abertas, operações lógicas sobre sentenças abertas. interpretação de texto	125
2. Quantificador universal, quantificador existencial, negação de proposições quantificadas.....	136
3. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	138
4. Problemas lógicos	140
5. Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. propriedades das operações	142
6. Múltiplos e divisores, números primos.....	146
7. Mínimo múltiplo comum, máximo divisor comum.....	147
8. Regra de três simples e composta	148
9. Porcentagem.....	149
10. Progressões aritméticas e progressões geométricas	152
11. Princípios de contagem e probabilidade. análise combinatória: raciocínio multiplicativo, raciocínio aditivo, combinação, arranjo e permutação	155
12. Operações com conjuntos	159

Conhecimentos Específicos

Técnico em Desenvolvimento - Administrador

1. Administração da produção: conceitos e sistemas de produção; processos de tomada de decisão; operações do sistema de produção; controle do sistema de produção	167
2. Administração financeira: ambiente financeiro; conceitos financeiros; técnicas de análise e planejamento financeiro; administração do capital de giro; administração de ativos permanentes e investimentos de capital; custo de capital, estrutura de capital e dividendos; fontes de financiamento a longo prazo.	175
3. Estrutura e interpretação de balanços: estrutura das demonstrações contábeis; instrumental básico de análise de balanços; análises econômico-financeiras	180
4. Sistemas de informações gerenciais: conceitos básicos sobre sistemas de informação; conceitos de tecnologia da informação; sistemas de informações gerenciais; desenvolvimento e gestão de sistemas de informações gerenciais.....	185
5. Gestão por processos: fundamentos de gestão por processos, ferramentas e técnicas de gestão por processos.....	188
6. Gestão da qualidade: fundamentos de gestão da qualidade; ferramentas e técnicas de gestão da qualidade	189
7. Elaboração, análise e administração de projetos: planejamento de projetos; análises econômico-financeiras de projetos; financiamento de projetos; gerência da execução de projetos	193
8. Mercado de capitais: estrutura do mercado de capitais; mercado de ações (a vista, a termo, futuro, de opções); avaliação de ações; modelos de precificação de ativos e avaliação de risco	196
9. Economia brasileira: origem da indústria brasileira; anos 50: o plano de metas e a industrialização; anos 60 e 70: o paeg, o ii pnd e a substituição de importações; a crise dos anos 80 e a aceleração inflacionária; a abertura comercial dos anos 90; a estabilização econômica	200

ÍNDICE

10. Estatística: distribuições de frequência; média, mediana, moda, variância, desvio padrão e coeficiente de variação; teoria elementar da probabilidade; as distribuições binomial, normal e de “student” t; teoria elementar da amostragem; teoria estatística da estimação; testes de hipótese e significância; ajustamento de curvas e o método dos mínimos quadrados	204
11. Gestão e controladoria: processo decisório; plano estratégico; sistema de avaliação de desempenho; sistemas de informações gerenciais	229
12. Desenvolvimento econômico e social: transformações do papel do estado nas sociedades contemporâneas e no brasil; desigualdades socioeconômicas da população brasileira	234
13. Distribuição da renda: aspectos nacionais e internacionais; o papel das principais agências de fomento no brasil (bndes, bancos de desenvolvimento e agências de fomento estaduais)	238
14. Economia dos recursos naturais e ambientais: asg (ambiental, social e governança)	243
15. Normatizações: regulamentação prudencial: acordo de basileia	246
16. Agências de fomento (resolução bacen nº 2828)	247
17. Regulamentação prudencial: acordo de basileia gestão de riscos de crédito, liquidez, operacional, sustentabilidade, imagem, de capital (resolução cmn 4.557 e 4.945)	249
18. Circular nº 3.978, 23/1/2020 (lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo)	271
19. Resoluções do banco central do brasil referente a gestão de controles internos (4.968), compliance (resolução cmn 4.595)	282
20. Princípios do coso - comitê de organizações de patrocinadoras de controles internos	285
21. Análise de crédito e risco: conceitos, políticas de crédito, a análise de crédito, o processo de crédito, a lógica da análise, padronização do processo de análise credit scoring, a definição dos limites de crédito, garantias, gestão do risco e da carteira, revisão de crédito	289
22. Noções de direito: noções de direito comercial e legislação societária: sociedade não personificada, sociedade personificada, administração societária, contrato social; dissolução parcial ou total da sociedade; retirada, exclusão, falecimento de sócios; insolvência, recuperação empresarial, falência e liquidação; recuperação judicial e extrajudicial: lei nº 11.101/2005	294
23. Noções de direito e legislação tributária: sistema tributário nacional e código tributário nacional	344
24. Competência tributária	368
25. Receitas públicas e tributos: conceito, classificação de receitas e tributos (impostos, taxas e contribuições)	370
26. Lei do colarinho branco” (lei nº 7.492/1986)	375
27. Lei dos crimes de “lavagem de dinheiro” (lei nº 9.613/1998)	377
28. Sigilo bancário (lei complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001)	383
29. Lei nº 13.303/2016; governança corporativa – conceitos, pilares, principais práticas segundo ibgc	385
30. Lei complementar nº 101/2000 - lei de responsabilidade fiscal	408
31. Inovação: conceitos, tipos, graus, estratégias de inovação, ecossistemas de inovação, startups, mecanismos de fomento e financiamento à inovação, investimento público e privado em startups e empresas inovadoras, políticas públicas focadas à inovação	424

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS: ASSUNTO. ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO. IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS. RELAÇÃO ENTRE AS IDEIAS. EFEITOS DE SENTIDO; INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS: PRESSUPOSTOS E SUBENTENDIDOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.



AMOSTRA

- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.
- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

▪ **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

▪ **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

▪ **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

▪ **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

▪ **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

► A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**REGULAMENTAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO:
CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS AGÊNCIAS
DE FOMENTO. RESOLUÇÃO DO CONSELHO
MONETÁRIO NACIONAL - CMN Nº 2.828, DE 30 DE
MARÇO DE 2001 E RESPECTIVAS ALTERAÇÕES**

RESOLUÇÃO Nº 2.828

Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 29 de março de 2001, com base no art. 4º, inciso VIII, da referida lei e no art. 1º, § 2º, da Medida Provisória nº. 2.139-64, de 27 de março de 2001,

RESOLVEU:

Art. 1º Estabelecer que dependem de autorização do Banco Central do Brasil a constituição e o funcionamento de agências de fomento sob controle acionário de Unidade da Federação, cujo objeto social é financiar capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede.

§ 1º Para efeito do disposto nesta Resolução:

I - Unidades da Federação são os Estados e o Distrito Federal;

II - projetos são empreendimentos que visem à ampliação ou à manutenção da capacidade produtiva de bens e serviços, previstos em programas de desenvolvimento econômico e social da Unidade da Federação onde tenham sede.

(Parágrafo 1º com redação dada pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009).

§ 2º As agências de fomento devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, nos termos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 3º A expressão Agência de Fomento, acrescida da indicação da Unidade da Federação controladora, deve constar obrigatoriamente da denominação social da instituição de que trata este artigo.

§ 4º A concessão, por parte do Banco Central do Brasil, de autorização para o funcionamento de agência de fomento está condicionada ao atendimento das disposições constantes do Regulamento Anexo I à Resolução nº. 2.099, de 17 de agosto de 1994, e regulamentação complementar.

§ 5º As agências de fomento integram o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) na condição de órgãos vinculados auxiliares.

§ 6º As agências de fomento não podem ser transformadas em qualquer outro tipo de instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 7º O Banco Central do Brasil autorizará a constituição de uma única agência de fomento por Unidade da Federação.

Art. 2º As agências de fomento podem empregar em suas atividades, além de recursos próprios, os provenientes de: (Redação dada pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

I - fundos e programas oficiais; (Redação dada pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

II - orçamentos federal, estaduais e municipais; (Redação dada pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

III - organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento; (Redação dada pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

IV - captação de depósito interfinanceiro vinculado a operações de microfinanças (DIM). (Incluído pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

Parágrafo único. (Revogado pela Resolução nº 4.594, de 28/8/2017.)

Art. 3º As agências de fomento podem realizar, na Unidade da Federação onde tenham sede, as seguintes operações e atividades, observada a regulamentação aplicável em cada caso: (Redação dada pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

I - financiamento de capitais fixo e de giro associado a projetos; (Redação dada pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

II - prestação de garantias em operações compatíveis com o objeto social descrito no art. 1º; (Redação dada pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

III - prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro; (Redação dada pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

IV - prestação de serviços de administrador de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; (Redação dada pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

V - aplicação de disponibilidades de caixa em títulos públicos federais, inclusive por meio de operações compromissadas de que trata a Resolução nº 3.339, de 26 de janeiro de 2006, ou em cotas de fundos de investimento cujas carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos públicos federais, desde que assim conste nos regulamentos dos fundos; (Redação dada pela Resolução nº 3.834, de 28/1/2010.)

VI - cessão de créditos; (Incluído pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

VII - aquisição, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, de créditos e de debêntures oriundos de operações compatíveis com o seu objeto social; (Redação dada pela Resolução nº 4.468, de 25/2/2016.)

AMOSTRA

VIII - participação societária, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, em sociedades empresárias não integrantes do sistema financeiro, organizadas sob a forma de sociedade limitada, cujo capital esteja totalmente integralizado, ou de sociedade anônima, desde que se trate de operação compatível com seu objeto social e que sejam observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Resolução nº 4.023, de 27/11/2011.)

a) não se configure a condição de sócio ou acionista controlador; (Redação dada pela Resolução nº 4.023, de 27/11/2011.)

b) a sociedade não seja controlada, direta ou indiretamente, por Unidade da Federação; (Redação dada pela Resolução nº 4.023, de 27/11/2011.)

c) a Unidade da Federação não tenha influência significativa na sociedade; ou (Redação dada pela Resolução nº 4.023, de 27/11/2011.)

d) a participação no capital social total de uma mesma sociedade ou no patrimônio de um mesmo fundo de investimento não ultrapasse o limite de 25% (vinte e cinco por cento); (Redação dada pela Resolução nº 4.468, de 25/2/2016.)

IX - operações com derivativos para proteção de posições próprias; (Redação dada pela Resolução nº 4.468, de 25/2/2016.)

X - operações de crédito rural; (Incluído pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

XI - financiamento para o desenvolvimento de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, de pequeno porte, inclusive a pessoas físicas; (Incluído pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

XII - operações específicas de câmbio autorizadas pelo Banco Central do Brasil; (Incluído pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

XIII - operações de arrendamento mercantil financeiro: (Incluído pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

a) contratadas com o próprio vendedor dos bens ou com pessoas jurídicas a ele vinculadas; e/ou (Incluído pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

b) realizadas com recursos provenientes de instituições públicas federais de desenvolvimento; (Redação dada pela Resolução nº 4.468, de 25/2/2016.)

XIV - integralização de cotas de fundos que tenham participação da União, constituídos com o objetivo de garantir o risco de operações de crédito, nos termos dos arts. 7º a 13 da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009; e (Redação dada pela Resolução nº 4.468, de 25/2/2016.)

XV - aplicação em depósitos interfinanceiros vinculados a operações de microfinanças (DIM). (Incluído pela Resolução nº 4.023, de 27/11/2011.)

§ 1º Excepcionalmente, quando o empreendimento visar benefícios de interesse comum, as agências de fomento podem prestar assistência a programas e projetos desenvolvidos em estado limítrofe à sua área de atuação. (Incluído pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

§ 2º A realização de operações de câmbio e de arrendamento mercantil depende de autorização do Banco Central do Brasil, exigindo-se os seguintes acréscimos de capital realizado e de patrimônio líquido ao valor estabelecido no art. 5º: (Incluído pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

I - R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), para operar no mercado de câmbio; (Incluído pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

II - R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), para a realização de operações de arrendamento mercantil, com redutor de 30% (trinta por cento) para as agências de fomento sediadas fora dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. (Incluído pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

§ 3º A operação de que trata o inciso VII, quando realizada indiretamente por meio de fundos de investimento, deve se restringir à aquisição de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC). (Redação dada pela Resolução nº 4.468, de 25/2/2016.)

§ 4º A participação societária prevista no inciso VIII do caput, quando realizada indiretamente por meio de fundos de investimento, deve se restringir à aquisição de cotas de:

I - fundos de investimento em participações (FIP);

II - fundos mútuos de investimento em empresas emergentes (FMIEE);

III - fundos de investimento em empresas emergentes inovadoras (FIEEI);

IV - fundos de investimento em participações em infraestrutura (FIP-IE);

V - fundos de investimento em participação na produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação (FIP-PD&I); e

VI - fundos de financiamento da indústria cinematográfica nacional (Funcine). (Parágrafo 4º com redação dada pela Resolução nº 4.468, de 25/2/2016.)

§ 5º Os fundos de que tratam os §§ 3º e 4º devem manter seus recursos aplicados preponderantemente em ativos compatíveis com o objeto social da agência de fomento. (Incluído pela Resolução nº 4.468, de 25/2/2016.)

Art. 4º Às agências de fomento são vedados:

I - o acesso às linhas de assistência financeira e de redesconto do Banco Central do Brasil;

II - o acesso à conta Reservas Bancárias no Banco Central do Brasil;

III - a captação de recursos junto ao público, inclusive de recursos externos, ressalvado o disposto no inciso III do art. 2º;

IV - a contratação de depósitos interfinanceiros, na qualidade de depositante ou depositária, ressalvadas as operações de DIM. (Redação dada pela Resolução nº 4.023, de 27/11/2011.)

V - (Revogado pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

Parágrafo único. (Revogado pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

Art. 5º As agências de fomento devem observar limites mínimos de capital realizado e Patrimônio de Referência (PR) de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

Art. 6º As agências de fomento devem constituir e manter, permanentemente, fundo de liquidez equivalente, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor de suas obrigações, a ser integralmente aplicado em títulos públicos federais.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, consideram-se obrigações os valores registrados no passivo circulante, as coobrigações por cessão de crédito e as garantias prestadas. (Incluído pela Resolução nº 3.757, de 1º/7/2009.)

RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS. DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES. PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS. ÁLGEBRA PROPOSICIONAL. PROPOSIÇÕES E CONECTIVOS: CONCEITO DE PROPOSIÇÃO, VALORES LÓGICOS DAS PROPOSIÇÕES, PROPOSIÇÕES SIMPLES, PROPOSIÇÕES COMPOSTAS. OPERAÇÕES LÓGICAS SOBRE PROPOSIÇÕES: NEGAÇÃO, CONJUNÇÃO, DISJUNÇÃO, DISJUNÇÃO EXCLUSIVA, CONDICIONAL, BICONDICIONAL. CONSTRUÇÃO DE TABELAS-VERDADE. TAUTOLOGIAS, CONTRADIÇÕES E CONTINGÊNCIAS. IMPLICAÇÃO LÓGICA, EQUIVALÊNCIA LÓGICA, LEIS DE MORGAN. ARGUMENTAÇÃO E DEDUÇÃO LÓGICA. DIAGRAMAS LÓGICOS. ARGUMENTOS LÓGICOS DEDUTIVOS. ARGUMENTOS CATEGÓRICOS. HABILIDADES DE RACIOCÍNIO, ENVOLVENDO: ELABORAÇÃO DE ARGUMENTOS E AVALIAÇÃO DA ARGUMENTAÇÃO. CONCLUSÕES APROPRIADAS. SENTENÇAS ABERTAS, OPERAÇÕES LÓGICAS SOBRE SENTENÇAS ABERTAS. INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A capacidade de estabelecer e interpretar relações lógicas entre diferentes elementos é uma habilidade essencial para o desenvolvimento do pensamento analítico. Essa competência permite ao indivíduo organizar informações, identificar padrões e criar conexões relevantes, mesmo diante de conceitos abstratos ou situações hipotéticas. Ao dominar esse campo, é possível analisar premissas, avaliar sua consistência e extrair conclusões fundamentadas, promovendo uma compreensão mais profunda e decisões mais acertadas. Essa habilidade é indispensável na resolução de problemas complexos e no enfrentamento de desafios que exigem clareza e raciocínio estruturado.

A seguir, exploraremos os principais conteúdos que ajudam a aprimorar essa competência:

LÓGICA PROPOSICIONAL

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos $\neg, \Rightarrow, \rightarrow, \wedge, \vee$, mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro *Discurso do Método* de René Descartes, encontramos a afirmação: “(1ª parte): “...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem.”

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de argumento, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença *a* é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

AMOSTRA

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma.

► Proposições simples e compostas

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior e a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

- De duas premissas negativas, nada se conclui;
- De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;
- A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;
- De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um “conectivo”.

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Características de uma proposição

- Tem sujeito e predicado;
- É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);
- Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos: ou é verdadeira ou é falsa.

É regida por princípios ou axiomas:

- **Princípio da não contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
- **Princípio do terceiro excluído:** toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.
- **Princípio da identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima

São eles:

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	$\neg$
Disjunção não exclusiva	ou	$\vee$
Conjunção	e	$\wedge$
Condicional	Se... então	$\rightarrow$
Bicondicional	Se e somente se	$\leftrightarrow$

► Tabelas verdade

As tabelas-verdade são ferramentas utilizadas para analisar as possíveis combinações de valores lógicos (verdadeiro ou falso) das proposições. Elas permitem compreender o comportamento lógico de operadores como negação, conjunção e disjunção, facilitando a verificação da validade de proposições compostas. Abaixo, apresentamos as tabelas-verdade para cada operador,

Negação

A partir de uma proposição p qualquer, pode-se construir outra, a negação de p , cujo símbolo é $\neg p$.

Exemplos:

- A água é uma substância não polar.
- A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para p e $\neg p$.

p	$\neg p$
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: $\wedge$ (lê-se e) e $\vee$ (lê-se ou).

Conectivo e

Colocando o conectivo $\wedge$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \wedge q$, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : o aminoácido fenilalanina é apolar.
- $p \wedge q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO: CONCEITOS E SISTEMAS DE PRODUÇÃO; PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO; OPERAÇÕES DO SISTEMA DE PRODUÇÃO; CONTROLE DO SISTEMA DE PRODUÇÃO

ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO

O tema administração da produção compreende uma vasta gama de assuntos, que não devem ser vistos de forma isolada sob pena de perderem seu significado do conjunto. As atividades de administração da produção acontecem a todo o instante, em número e frequência muito maiores do que possam parecer.

O cotidiano atual nos mantém imersos, de tal forma, nas atividades de produção que julgamos ser necessário emergir deste contexto para visualizar e compreender o funcionamento destas atividades, a fim de poder administrá-las com maior propriedade¹.

Considerando a definição de administração como sendo o processo de planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho das pessoas da organização e de usar da melhor forma possível os recursos disponíveis para conseguir realizar os objetivos estabelecidos, é possível dizer que administrar a produção consiste em utilizar, da melhor forma, os recursos destinados à produção de bens ou serviços.

São várias as definições de administração da produção ou de administração de operações apresentados na literatura. A seguir são transcritas algumas:

Slack et al. (2002) definem administração da produção como sendo as atividades, decisões e responsabilidades dos gerentes de produção;

Davis et al. (2001) defendem que, a partir de uma estratégia corporativa, a administração da produção pode ser definida como o gerenciamento dos recursos diretos que são necessários para a obtenção dos produtos e serviços de uma organização;

Stevenson (2001) considera que a função de operações engloba todas as atividades diretamente ligadas à produção de bens ou ao fornecimento de serviços e ressalta a ampliação do escopo da função para outros tipos de organização além de fábricas.

► Estratégia de Suprimento (Strategic Sourcing)

Estratégia é um modelo fixo de decisões e ações que situam e limitam a organização no meio em que está inserida e tem como objetivo alcançar suas metas. O termo *Strategic Sourcing* foi criado há mais de uma década pela empresa A.T. Kearney, empresa norte americana de consultoria.

Bullen, LeFave e Selig (2010) citam que *Strategic Sourcing* é parte integrante de uma estratégia geral da organização, mas a eficácia do todo depende de torná-la eficaz e inovadora¹.

Segundo Sollish e Semanik (2011), *Strategic Sourcing* é uma aquisição organizacional e processo de gestão de suprimentos usada para localizar, desenvolver, qualificar e empregar fornecedores que agregam valor máximo a produtos e serviços adquiridos. Ou seja, engloba e envolve os fornecedores que se alinham com o negócio estratégico e as metas operacionais da organização, ainda que seja um plano de ação interna, de readequação da equipe, como terceirização da atividade.

Strategic Sourcing é uma metodologia aplicada às áreas de Suprimentos em que se analisa profundamente o custo total da aquisição de cada família de produtos ou serviços através do mapeamento, entendimento e avaliação das especificações dos materiais, níveis de serviço e do mercado fornecedor. Deve-se lembrar que as organizações não se limitam apenas a vender, elas também compram vastas quantidades de matérias-primas, componentes manufaturados, instalação, equipamentos, suprimentos e serviços.

Strategic Sourcing não inclui atividades diárias do cotidiano empresarial do processo de aquisição. Não inclui cotações individuais de fornecedores, avaliação de qualidade, análises de desempenho e de pagamento. *Strategic sourcing* (estratégia de origem) e *Procurement* (aquisição) se separam para caminhos diferentes após a formação de um contrato ou a qualificação formal de um fornecedor selecionado.

PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO

Criar soluções para reduzir estoques sem afetar o processo de produção e sem aumentar os custos é, na verdade, um dos maiores desafios que os empresários estão encontrando, afinal, tudo que está envolvido na produção e na comercialização requer a utilização de recursos financeiros.

O Planejamento e Controle da Produção (PCP) é um conjunto de ações que procura conciliar o processo produtivo da empresa com os objetivos do cliente.²

Para atingir seus objetivos, o PCP administra as informações vindas de diversas áreas do sistema produtivo, como engenharia, marketing, fabricação, manutenção, compras/suprimentos, recursos humanos e finanças.

Como sua função é coordenação de apoio ao sistema produtivo, o PCP relaciona-se, de forma direta ou indireta, com todas as funções deste sistema.

¹ Administração da produção: operações industriais e de serviços / Jurandir Peinado e Alexandre Reis Graeml Curitiba: UnicenP, 2007.

¹ http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_226_324_30819.pdf

² http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1499/Gestao_Materiais_ADMINISTRACAO-IFSP.pdf?sequence=1&isAllowed=y

AMOSTRA

As decisões do PCP influenciam no desempenho operacional, econômico e financeiro da empresa, sendo visível ao cliente através do preço, velocidade de entrega, serviços de pós-vendas, entre outros; e para a empresa através dos lucros.

Outro fator importante envolvido no processo do PCP é a programação, fase intermediária entre o setor de planejamento e o setor de controle. Quando é feito um planejamento para os próximos dias ou semanas, passa a existir uma obrigatoriedade para que os setores de produção executem os trabalhos programados dentro do período previsto.

Para ser competitivo é fundamental reduzir continuamente o “lead time” (tempo decorrido) de todos os processos da organização. *Lead Time* ou tempo decorrido é o tempo gasto pelo sistema de produção para converter matérias-primas em produtos acabados. O *Supply Chain* define-se como o tempo entre a entrada do material até a sua saída do inventário.

Trata-se de um conceito muito importante da logística, e deve ser levado em consideração em todas as atividades, pois influencia diretamente no custo de operação.

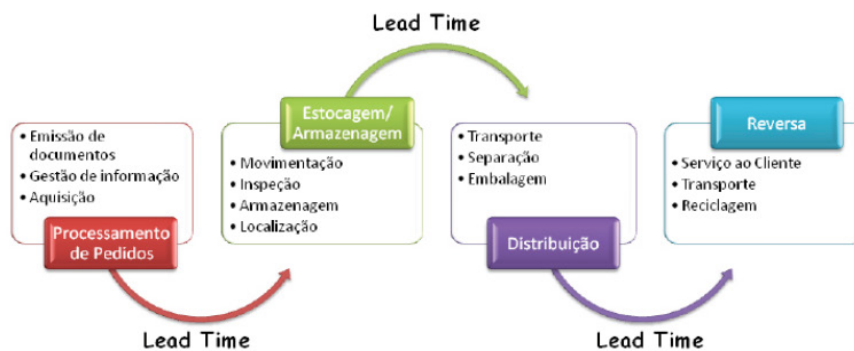
PCP – Planejamento e Controle da Produção



http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1499/Gestao_Materiais_ADMINISTRACAO-IFSP.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Algumas empresas buscam, dentro dos princípios de melhoramento contínuo, a meta de *lead-time* “zero”, ou seja, entrega imediata sem formação de estoques. Claro que isso é impossível, pois sempre existirá um prazo de entrega para os pedidos dos clientes.

Lead Time



http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1499/Gestao_Materiais_ADMINISTRACAO-IFSP.pdf?sequence=1&isAllowed=y



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

